

PARLAMENTARES ABREM O DEBATE ECONÔMICO

A CRISE VISTA DO NOVO SENADO

1 Por que o Brasil foi ao FMI?

**Campos** — Por que não ir? Somos membros fundadores do FMI. A função dessa organização é auxiliar os países que enfrentam crises de balanço de pagamentos. A coisa mais normal para o Brasil, é, portanto, recorrer ao Fundo como país membro. Há quem argue que deveríamos ter ido ao Fundo antes, e houve ocasiões em que poderíamos tê-lo feito sem o menor trauma.

— Poderíamos, por exemplo, ter recorrido ao Fundo logo após o primeiro choque do petróleo, através da chamada *oil facility*, a que recorremos, entre outros países, Inglaterra e Itália. Poderíamos ter recorrido ao Fundo quando, em vários períodos do passado, experimentamos queda de receita com exportações. A razão por que não fomos é porque se criou toda uma estranha mitologia em torno do Fundo, provocada durante o Governo Kubitschek, pela ruptura dramática que ele realizou e anunciou em relação ao FMI.

— Criou-se este mito: ir ao FMI é sinônimo de recessão, de austeridade inevitável. Esse argumento me parece infantil. O Brasil tem que entrar num período de austeridade com ou sem FMI, simplesmente porque não encontrará financiadores, capazes de sustentar um déficit que chega a 6% do Produto Nacional Bruto, o que significa que durante 20 dias por ano o Brasil é exclusivamente sustentado pelo exterior.

— Como isso não é mais possível, como não encontramos banqueiros infinitamente pacientes, nós temos que corrigir esse desequilíbrio de pagamentos, com ou sem FMI. O que o FMI pode fazer é minorar a dureza e a severidade do ajustamento, seja fornecendo alguns recursos próprios ou lubrificando a finança internacional, encorajando os bancos do setor privado a rolarem os seus créditos com o Brasil, fazendo com que a austeridade necessária seja um pouco mais suave.

**Saturnino** — O Brasil foi ao Fundo basicamente porque tornou-se insolvente, incapaz de fazer face aos compromissos financeiros que tinha assumido dentro de uma política de endividamento irresponsável, comprometendo-se com o pagamento de juros altos e num montante cujo serviço exigia uma parcela cada vez maior da receita com exportações. Esse ano, quase 90% da receita de exportação foram consumidos com o serviço da dívida; no ano passado, foram 70%. Então, estava evidente que isso ia acontecer.

**Severo** — O pedido de socorro ao Fundo decorre de o Brasil não ter conseguido administrar a sua dívida externa. O navio encalhou na areia, e a alternativa escolhida pelo Governo foi o pedido de socorro. Foi uma decisão que significa uma ingerência externa nas decisões internas da nossa política econômica, e nisso há um preço fundamental: é que o Brasil abdicou da sua autonomia em termos de decisões internas. A ida ao FMI significa uma renúncia grave em termos de soberania nacional.

**Távora** — A situação do Brasil não pode ser vista isoladamente, mas sim dentro do contexto da economia mundial. Sobretudo depois da segunda crise de petróleo, despencaram os preços das matérias-primas que exportamos, houve uma brutal deterioração das relações de troca, e começamos a importar muito mais.

— A ida ao FMI foi um passo acertado e necessário. A meu ver, está sendo explorada — conforme o grau de conhecimento e a tendência política do crítico — das maneiras mais disparatadas. Preliminarmente, nós pertencemos ao FMI como um de seus sócios-fundadores, e temos direito à nossa quota. Mas a ida ao Fundo e o recebimento de um montante de 4,5 a 6 bilhões de dólares nos próximos três anos tem um valor todo especial: é o aval que dá esse organismo internacional à boa gestão que estamos fazendo dos recursos parcos que possuímos e recebemos. A prova de que a aplicação era tecnicamente certa está em que nunca existiu com o FMI uma negociação tão rápida.

2 Distinga as causas internas das causas externas que levaram o Brasil à atual situação.

**Campos** — Diria que a causa doméstica principal foi a natureza da opção que o Brasil fez em 1974 — e o fez com o apoio maciço da sociedade brasileira, quer de direita, quer de esquerda — sem dar adequado reconhecimento à gravidade da crise petrolífera. Os países industrializados escolheram a opção recessiva, apertando o cinto, fazendo retração fiscal, reduzindo o crescimento a zero ou menos que zero.

— Nós procuramos comprar tempo para efetuar uma transformação estrutural da economia, no sentido de substituir importações, promover exportações e tentar o programa de combustíveis alternativos, aceitando, para isso, um agravamento da inflação e uma taxa mais alta de endividamento. Na época, eu tinha divergências — confidenciais, porque os diplomatas não são senão intérpretes de políticas, e não fazedores de política — pois teria dado um reconhecimento mais rápido à mudança da conjuntura internacional.

— Uma alteração dramática no quadro externo foi a segunda crise do petróleo, que coincidiu com a mudança da primeira para a segunda fase do Governo Figueiredo e foi seguida por uma substancial expansão econômica. Em 1980, ano da segunda crise petrolífera, nós crescemos a 8%

A partir de março, o Congresso se transformará num dos palcos principais da discussão sobre a política econômica brasileira, que não mais poderá ser tratada apenas em círculos de iniciados — burocráticos, acadêmicos ou empresariais. E no Congresso, a discussão deverá ser particularmente rica no Senado, que passará a contar com quatro

homens de larga experiência em assuntos econômicos: Roberto Campos, Roberto Saturnino Braga, Severo Gomes e Virgílio Távora. Que fazem um primeiro debate neste Especial, através de entrevistas feitas (separadamente) pela repórter Kristina Michalhes, da Editoria de Economia do JORNAL DO BRASIL



Cláudio Paiva

**Severo Gomes** é considerado um dos líderes da ala nacionalista e estatizante do PMDB. Antes de 1964, serviu aos Governos Castello Branco (como diretor da carteira de crédito agrícola do Banco do Brasil e Ministro da Agricultura) e Geisel (como Ministro da Indústria e do Comércio) — no intervalo, dividiu tempo entre suas empresas, (numa delas, a Parahyba, os empregados estão em greve por falta de pagamento) e fazendas. Foi eleito Senador pelo PMDB/SP.

**Roberto Saturnino Braga** ingressou na carreira política como Deputado Federal pelo extinto Partido Socialista Brasileiro, em 1962. Um dos fundadores do MDB, em 1965, Saturnino Braga disputou o Senado em 74 e foi eleito com 900 mil votos, o correspondente a dois terços do eleitorado fluminense. Foi reeleito para o Senado agora, em novembro, pelo PDT/RJ.

**Virgílio Távora** é cearense, tem 63 anos e um casal de filhos. Já foi Coronel do Exército (de engenharia), deputado federal, senador, Ministro da Viação (Governo Jânio Quadros) e duas vezes governador do Ceará (cargo do qual se descompatibilizou para concorrer à vaga do Senado pelo PDS). Estado onde tem sido o grande eleitor do Governo nos últimos 15 anos.

**Roberto Campos**, ex-presidente do BNDE, ex-Ministro do Planejamento no Governo Castello Branco, é diplomata. Participou da Conferência de Bretton Woods como assessor da delegação brasileira. Tem vasta experiência de acordos com o FMI e renegociou a dívida brasileira duas vezes (em 1961 e 1964). Foi eleito Senador pelo PDS/MS.

e, em 1974, havíamos crescido a 10,4%. Exatamente nos dois anos que se sucederam às duas crises de petróleo, nós crescemos a níveis absurdamente altos, quando o mundo todo entrava praticamente em recessão. Deflagrada a segunda crise do petróleo, nós deveríamos imediatamente ter modificado os planos, apertado os cintos, deixar que se elevassem drasticamente os preços dos combustíveis, raciocinar mesmo, para evitar uma crise maior.

— Além do imprevisto da segunda crise do petróleo, houve a política de Reagan, que consistiu numa mistura de restrição monetária e expansão fiscal, do que resultaram déficits substanciais e uma alta vertiginosa das taxas de juros, resultando numa queda dos preços das matérias-primas e num maior encargo do balanço de pagamentos.

— A nossa resposta a essas diversas crises foi muito lenta. Isso fez com que a opção inicial, que parecia plausível, tenha se revelado, no curso do tempo, uma opção extremamente ousada.

**Saturnino** — As causas internacionais, obviamente, estão todas centradas no crescimento dos preços do petróleo, que acabou se refletindo no crescimento dos preços de todas essas mercadorias, especialmente dos equipamentos. E que os países industrializados, que também sofreram o impacto dos preços do petróleo, prontamente reagiram com o monopólio que eles detêm, que é o da tecnologia avançada: elevaram os preços desses produtos e repassaram toda a carga do preço do petróleo para os países em desenvolvimento não produtores de petróleo.

— A própria posição dos países da OPEP também contribuiu, isso é preciso ser dito. Eles elevaram o preço e não atenderam a nenhum reclamo por parte desses países que começaram a se endividar. Não houve nenhuma aplicação maior de petrodólares em países como o Brasil, México, Argentina, só a reciclagem via sistema financeiro internacional, que engordou enormemente com isso.

— Foi quase como um "conluio" entre os países da OPEP, os países onde esses dólares eram reciclados, os respectivos banqueiros, e também as autoridades monetárias desses países que não exerceram nenhum controle sobre isso. O mercado de eurodólares não era controlado por nenhum Banco Central, favorecendo o endividamento irresponsável dos países aos quais era repassada toda essa sobrecarga.

— Internamente, a causa da situação a que chegamos foi a impassividade, a completa falta de uma reação a esses interesses constituídos lá fora. Ao invés de acionar mecanismos de defesa, o Brasil procurou moldar toda a sua conduta econômica no sentido de continuar a trilhar um caminho que era impossível. E, naturalmente, entraram aí em jogo interesses muito fortes, como é o caso da indústria automobilística, da indústria petroquímica.

— Era muito simples: o Governo acreditou numa hipótese otimista, de que iríamos rapidamente substituir importações numa tal velocidade que iríamos, a médio prazo, superar tudo. E foi se endividando, endividando, dentro de uma política maluca de que dívida não se paga: se rola, se aumenta, se joga para a frente. Não houve nenhuma medida de defesa mais drástica. Continuou-se com uma política de gastos elevados, com projetos gigantescos, como que ignorando essa situação. Eu me lembro que, em fins de 75, no Governo Geisel, chegou a ser anunciada uma economia de guerra. Só que nada foi feito.

**Severo** — O grande problema é que a situação em que nos encontramos decorre da inserção do país na chamada ordem econômica internacional, constituída depois da Segunda Guerra Mundial. Essa ordem é comandada pelos países industrializados, que trabalham no sentido de transferir recursos do resto do mundo para os países industrializados. Quando nós vivíamos em época de desenvolvimento econômico, como a década de 60, havia sempre a possibilidade de ter um sócio menor. Os países centrais se desenvolviam, cresciam e nós crescíamos menos e ainda transferíamos o fruto do nosso trabalho para os países centrais. Na época de crise, eles só podem se reequilibrar à custa de uma sucção muito mais pesada dos recursos dos países pobres.

— De 1978 para cá, os preços dos nossos produtos de exportação caíram enormemente, embora tivéssemos aumentado o volume. Quer dizer, o esforço dos brasileiros

para exportar foi muito grande, mas essa queda nas relações de troca provocou um prejuízo de cerca de 32 bilhões de dólares para o Brasil, considerando os preços de 78. O mesmo ocorre com os juros: às taxas de 78, se tivéssemos pago o serviço da dívida até 81, teríamos perdido menos 12 bilhões de dólares. Somando isso, perdemos mais que a metade da atual dívida, pela forma da inserção da economia brasileira na economia dos países centrais.

— Internamente, houve, durante todo esse período, um grande número de projetos que aumentaram o nosso endividamento. Uma série deles é justificável, porque pesou pouco — outros não o são, como é o caso das usinas nucleares, do Projeto Grande Carajás, Ferrovia do Aço. Mas o grande problema mesmo é a nossa dependência, a forma de ligação da economia brasileira com a chamada ordem econômica internacional, que é uma ordem predatória nos países subdesenvolvidos. Na verdade, nunca construímos um projeto nacional, assentado numa vontade nacional e num grande debate das nossas questões, assentado basicamente na expansão do mercado interno, embora sem desprezo para o mercado externo.

**Távora** — Acredito que 90% das causas foram externas, como as crises de petróleo, a deterioração das relações de troca, a inflação. Aliás, posso conviver com a inflação, mas não com um gap no balanço de pagamentos.

— Os 10% de causas internas basearam-se muito na impossibilidade de desaceleração de programas, porque as estatais são os grandes clientes da nossa indústria privada. Outra causa é a Lei Salarial, que é justa, mas que deveria ser compensada com a exigência de um aumento na produtividade.

3 Qual teria sido a política alternativa correta desde 1974?

**Campos** — Há sempre alternativas de política econômica: a economia é essencialmente um exercício de opções. O que não entendo é a freqüente proposta alternativa do mercado interno.

— No pós-guerra, os países de maior crescimento interno e correlatamente maior desenvolvimento do mercado interno foram precisamente os países de vocação exportadora — Alemanha, Brasil, Japão, Coreia. E aqueles países socialistas que adotaram a tese "repousar sobre o mercado interno não têm obtido desenvolvimento brilhante, como Cuba, URSS, China.

— O que tem ocorrido é exatamente o contrário do que postulamos as esquerdas no Brasil: o mercado interno tem crescido mais nos países de vocação exportadora, que aproveitam melhor o dinamismo do comércio mundial. É tolice falar em exportação versus mercado interno. A exportação é um dos melhores meios de fortalecer o mercado interno.

— Desde a primeira crise do petróleo, eu teria racionado combustíveis, apesar das dificuldades administrativas, apesar do perigo de corrupção. O problema dos projetos grandiosos, freqüentemente atacados, não é tanto o da sua validade. Todos eles eram úteis ao desenvolvimento. O erro foi não terem sido escalonados no tempo; foram iniciados e executados simultaneamente.

— No início do Governo Figueiredo, o Ministro Simonsen iniciou corretamente que era o momento de se frear. Durante quase seis meses nós praticamos uma política recessiva. Quando começaram as manifestações de desemprego em São Paulo, reativamos a economia prematuramente. Se tivéssemos prosseguido mais tempo, talvez tivesse sido o início da correção naquela época. Mas ela foi postergada.

**Saturnino** — A alternativa teria sido aquilo que nós chamávamos de mudança do modelo: converter o dinamismo da economia automobilística, para fazer com que se baseasse não na indústria automobilística ou na petroquímica, que são altamente consumidoras de importações, e crescer mais na base da produção de alimentos, de tecido, de calçados, móveis e casas, bens que atendem as necessidades fundamentais da população. Deveríamos ter fortalecido o mercado interno, aliviando a pressão sobre a pauta de importações.

— Naquela fase, de 74 em diante, deveríamos ter buscado outros mecanismos de defesa. Fazer o raciocínio dos combustíveis, um raciocínio geral de importações, cortar tudo o que havia de supérfluo e de substituível em matéria de equipamentos. Cansei de pedir isso, e a resposta que davam sempre é que as importações brasileiras eram incompressíveis. Tanto não eram que esse ano foi adotado o raciocínio geral.

— No fundo, está aí o velho debate do estruturalismo contra o monetarismo. O monetarista puxa ou larga os freios de um modo geral, sem fazer nenhuma tentativa de orientar, de usar os mecanismos fiscais e creditícios de que o Governo dispõe para estimular certos setores. O nosso enfoque é seletivo: queremos mexer na estrutura da economia para incentivar certos setores e sustar outros.

**Severo** — O período de rápido desenvolvimento econômico na década de 60 tirou a clarividência para o conflito de interesses que havia entre o nosso país e os países industrializados. A crise do petróleo tirou a escama dos olhos. Ficou claro que o mundo ia mudar, que nós estávamos na iminência de uma nova era, e essa foi a discussão permanente na época em que eu estive no Ministério da Indústria e do Comércio, quando defendi uma mudança profunda no nosso modelo econômico, diminuindo o grau de internacionalização da economia.

— Ninguém pensava em fazer do Brasil uma autarquia, mas o que defendíamos era ter como centro de gravidade o mercado interno. É preciso pensar que todas